

# **Metrópoles, problemáticas urbanas e os desafios educacionais no Brasil contemporâneo:** um ensaio prospectivo

Carlos Bauer<sup>1</sup>

## **Resumo**

O objetivo central deste ensaio é inventariar e, ao mesmo tempo, refletir sobre os problemas urbanos que tomaram conta da cena social brasileira e, nomeadamente, sobre o papel que os trabalhadores da educação, comprometidos com os movimentos sociais e populares, podem ser chamados a desempenhar neste quadro de crise estrutural pelo qual a sociedade capitalista está passando e os seus desdobramentos em países como o Brasil.

## **Palavras-chave**

Metrópoles brasileiras. Desafios educacionais. História e crise contemporânea.

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade de São Paulo, Brasil, com estágio pós-doutoral na Universidade Estadual de Campinas; professor titular da Universidade Nove de Julho, São Paulo, Brasil. E-mail: carlosbauer1960@yahoo.com.br.

## **Metropolis, urban problems and the challenges in contemporary Brazil: a prospective essay**

Carlos Bauer<sup>2</sup>

### **Abstract**

The main objective of this essay is to inventory and, at the same time, to reflect on the urban problems that have taken over the Brazilian social scene and, in particular, on the role that education workers, committed to social and popular movements, may be called upon to play in this framework of structural crisis that the capitalist society is going through and its developments in countries like Brazil.

### **Keywords**

Brazilian metropolis. Contemporary crisis and history. Educational challenges.

---

<sup>2</sup> PhD in History, University of São Paulo, Brazil, with a post-doctoral internship at the State University of Campinas, State of São Paulo; professor at the Nove de Julho University, State of São Paulo, Brazil. E-mail: carlosbauer1960@yahoo.com.br.

## Introdução

O futuro nos faz uma dura cobrança no presente: como equacionar ou, pelo menos, minimizar um sem número de problemas sociais que se expressam como nunca nas grandes metrópoles brasileiras na contemporaneidade e, na prática, impedem o desenvolvimento de quaisquer perspectivas de uma vida social digna para milhões de seres humanos na sociedade brasileira?

Evidentemente, não temos a pretensão de nos colocar como aqueles que têm respostas prontas e acabadas para os infortúnios que cada vez mais assolam as populações das grandes cidades do país em que vivemos. Porém, mesmo reconhecendo os limites que o Estado democrático proporciona, entendemos que algumas de suas potencialidades precisam ser aguçadas, entendendo-as como próprias de um programa de transição que se coloque na ordem do dia dos que atuam nas fileiras dos movimentos estudantis e da juventude, populares e sociais. Programa esse que se constitua como um sistema de reivindicações transitórias, construindo-as de acordo com as condições momentâneas e na consciência do tempo presente de amplas camadas da classe trabalhadora, mas que fossem capazes de conduzir a elaboração de propostas de lutas populares e sociais estratégicas e que tivesse a capacidade de estabelecer a superação histórica do capitalismo e almejar à conquista do poder pelos trabalhadores.

Em nossa opinião, os responsáveis pela formulação das políticas públicas, e que mantém vínculos orgânicos e políticos com os movimentos sociais, populares e estudantis precisam estar atentos às reivindicações da juventude e da classe trabalhadora, do campo e da cidade, que postulam a democratização das relações de poder e uma real articulação com esses movimentos e as organizações da sociedade civil que atuam junto aos segmentos populacionais mais aviltados.

O presente momento histórico é marcado por uma profunda crise cada vez mais aguda no interior da sociedade capitalista. Trata-se de uma crise que não se expressa apenas nas relações econômicas, mas no conjunto das relações sociais, culturais e políticas. Muito já foi estudado, dito e escrito sem que as páginas dos livros, revistas e jornais se rebelassem e se levantassem contra algumas das principais questões que enfrentamos na cotidianidade. Mas, temos que insistir! São problemas sociais de grande magnitude que envolvem as infames manifestações de racismo das polícias militarizadas; a calamitosa falta de moradias, de saneamento básico e preservação ambiental; o inaceitável e vergonhoso descaso com a educação pública; a guerra civil não declarada, travestida de violência urbana; os processos de

privatização da saúde; a famigerada concentração de renda, parteira das desigualdades sociais e da sociedade apartada e excludente em que vivemos.

Para muitos estudiosos essas problemáticas derivam, inexoravelmente, do processo de reestruturação produtiva e financeira que se opera em escala mundial, disso não temos ressalvas, mas, também entendemos que os estudos sobre esses acontecimentos precisam ser aprofundados em suas particularidades e, somente assim, assinalados como produtores de uma nova realidade histórica.

A propósito, inclusive, dessa “nova realidade histórica”, Manuel Castells (1989) já faz algum tempo apontou que precisamos estar atentos para as relações que se estabelecem entre o espaço e a sociedade como um dos principais aspectos que aparecem não apenas comprometidos com o aprofundamento da crise que estamos inseridos, mas também de sua superação.

Nesse sentido, concordamos com Karl Marx (1988) quando afirma que as relações de dominação existem nas mais variadas sociedades e que as mesmas são socialmente construídas. Logo – mesmo que pareçam – não são naturais e muito menos eternas, além disso, nada impede que a humanidade possa construir novas relações sociais, capazes de almejem a distribuição e o compartilhamento da riqueza socialmente produzida, abolindo as relações de exploração do reino da história.

### **Alguns dados para suscitar o engajamento político do educador**

Para nós que estamos comprometidos em pensar a educação como uma das efetivas possibilidades de engajamento nas mais profundas e necessárias transformações sociais, é imperioso reconhecer que num curto espaço de tempo, em torno de 50 anos – com pouquíssimas experiências de planejamento ou perspectivas de desenvolvimento social, previas e legitimamente debatidas no interior dos organismos da sociedade civil – os problemas urbanos tomaram conta da cena social brasileira.

Na contemporaneidade, a crescente inserção subordinada do Brasil na dinâmica econômica da sociedade capitalista mundializada também faz com que a crise desse sistema se expresse de diferentes formas por aqui. Todavia, os problemas urbanos e, em particular, aqueles que afloram nas grandes metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belém, Recife, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Manaus etc., são os que mais têm chamado nossa atenção, mormente, pela negatividade e desesperança social que produzem.

A vulnerabilidade social avoluma-se cada vez mais produzindo uma preocupação com os desvalidos, que se multiplicam em escala pelo território nacional, muito embora suas peculiaridades regionais sejam por demais evidentes, ao seu modo, se expressam como um subproduto da formação econômica sobre a qual o capitalismo se desenvolveu historicamente no país.

Preocupando-se em compreender as informações sobre condições de vida da população em seu sentido mais amplo, abrangendo medidas de desigualdade e pobreza; inclusão ou exclusão social; indicadores de situação social, qualidade de vida e de vulnerabilidade ambiental; entre outros aspectos, os censos demográficos, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2019) têm demonstrado que nas últimas décadas o Brasil experimentou um processo de urbanização vertiginoso, causador de problemáticas até então inusitadas. Em pouquíssimos anos, a população rural do país praticamente desapareceu.

O chamado êxodo rural se explica pela impressionante concentração fundiária, do avanço do agronegócio, da pecuária, dos setores mineradores e da forma como foi implementada a economia urbana e industrial na sociedade brasileira.

A impossibilidade de se efetivar uma profunda e necessária reforma agrária sob o controle dos trabalhadores rurais também explica a rapidez e a magnitude com que os sem-terra foram expulsos em direção das grandes cidades brasileiras.

Mas, ainda existem outros fatores, entre os mais importantes, podemos citar: as alterações das relações de trabalho na agricultura, a mecanização agrícola invariavelmente associada à monocultura da soja, da cana-de-açúcar e outros produtos agrícolas destinados à exportação; a concentração fundiária – causadora da destruição da pequena propriedade camponesa, quando não desalojando seus habitantes pela ganância expansionista dos megacomplexos agroindustriais e os direcionando aos centros urbanos.

Esse impressionante êxodo rural trouxe problemas gravíssimos: elevação da criminalidade, constituição de um imensurável exército de trabalhadores sem qualificação profissional e acesso à educação formal, desempregados, explorados de forma aviltante pela indústria da construção civil, pelas oficinas de confecções ou mesmo outras formas de se apropriar da força de trabalho excedente, como é o caso do chamado trabalho doméstico.

Conforme dados coletados pelo IBGE e, posteriormente, sistematizados e analisados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2016, “o Brasil tinha 6,158 milhões de trabalhadoras(es) domésticas(os), dos quais 92% eram mulheres”, sendo ainda mais

estranhador ficarmos sabendo que, em 2015, “88,7% das(os) trabalhadoras(es) domésticas(os) entre 10 e 17 anos no Brasil eram meninas e 71% eram negras(os)”.

(As) (Os) trabalhadoras(es) domésticas(os) representam uma parte significativa da força de trabalho global no emprego informal e estão entre os grupos de trabalhadoras(es) mais vulneráveis. Elas(es) trabalham para casas de família, muitas vezes sem termos claros de emprego, sem registro formal e excluídos(as) do âmbito da legislação trabalhista. O trabalho doméstico representa o núcleo duro do déficit de Trabalho Decente no Brasil e no Mundo. (OIT, 2019).

Historicamente também temos condições de verificar que, na sociedade brasileira, se opera uma sistemática degradação da vida material de amplas parcelas de sua população. Isto pôde ser empiricamente compreendido pelos mais variados estudiosos preocupados em avaliar as condições de vida, principalmente, da população proletarizada que confluíu em direção das grandes periferias urbanas que se multiplicam no Brasil. De fato, esse é um aspecto que se reproduz na quase totalidade do território nacional e é um subproduto de uma complexa articulação de aspectos econômicos, políticos e sociais. Por outro lado, a incidência de cada um deles assume uma particularidade no contexto desta ou daquela cidade e estão longe de formar uma totalidade homogeneizada, pelo contrário o problema urbano no Brasil assume uma marcante e estrutural heterogeneidade.

As metrópoles brasileiras produzem problemas urbanos de reconhecida singularidade, próprios de seus respectivos processos históricos e nos marcos em que se processou o desenvolvimento da sociedade capitalista no Brasil, ou seja, de forma desigual e combinada. A constituição e o desenvolvimento do espaço urbano brasileiro revelam uma articulação de fatores e, simultaneamente, uma especificidade característica da forma pela qual o capitalismo foi se desenvolvendo em cada região do país.

Esse desenvolvimento acabou definindo o espaço urbano em função das necessidades de uma estrutura produtiva sempre articulada e/ou dependente do ordenamento internacional. Porém, historicamente também é possível observar uma lógica mais complexa do que a mera realização dos interesses do capital internacional, em virtude da qual a reprodução da força de trabalho foi assumindo uma conotação marcadamente sócio-política e, em muitos casos, em contraste com os países centrais, de tal modo que o Estado brasileiro foi chamado a realizar investimentos financeiros, garantir a infraestrutura aeroportuária, energética, construir estradas e produzir toda sorte de incentivos políticos e materiais com o precípuo objetivo de

efetivar autoritariamente o desenvolvimento dos interesses do capital, ao mesmo tempo em que, passivamente, via crescer a exclusão social nas mais variadas localidades brasileiras.

Nesse instante, não temos dúvidas de que alguns dos leitores estão pensando que o presente ensaio carece de algumas reflexões mais aprofundadas em torno das múltiplas relações que se estabelecem entre a sociedade e a escola, principalmente, quanto ao papel do professor no engajamento social e político. Ainda mais quando os educadores que atuam nas escolas públicas hoje, como em tempos idos, estão totalmente desvalorizados pelos governantes de plantão, com condições precárias de trabalho, baixa remuneração e ainda chamados por este articulista a contribuir na resolução de problemas sociais causados pela burguesia e seus asseclas, nos indagando, então, como isso se daria?

E também pensariam que não se pode jogar fora ou desprezar as teorias reprodutivistas da escola, na medida em que essa é uma instituição social e, por conseguinte, reproduz em grande parte a sociedade na sua esfera política e econômica.

Sim, são bons e legítimos questionamentos e que jamais poderíamos desprezar.

Autores como Althusser (1998), que se colocam no campo do marxismo, fazem a crítica ao aparelho ideológico de Estado escolar. Ocorre que essa forma de projetar a educação traz enorme similitude com os predicados funcionalistas atribuídos por Émile Durkheim (1975) para a educação, ou seja: ao educar as crianças e os jovens, a sociedade encontraria as qualidades essenciais para criar e reproduzir as condições mais elementares de sua própria existência.

Nos apontamentos de Althusser, não se vislumbra de forma significativa a presença de educadores que se organizam, produzem currículos ocultos e se manifestam contra a ideologia dominante, contra o modo de produção e as relações sociais que se mantêm presas aos desígnios do mundo do capital, dizendo em sua práxis cotidiana que não estamos diante do irremediável e que erigir um mundo melhor é possível!

Para nós, a escola não pode ser pensada tão-somente em sua faceta de reprodução dos interesses burgueses, mesmo porque, depois de diferentes períodos marcados pelo autoritarismo, ditaduras e muitos outros percalços, a sociedade civil vem se constituindo e se fortalecendo no Brasil. É muito importante que isso de fato ocorra e possa contribuir com a necessária subtração do poder do Estado e das estruturas tradicionais de poder.

Na arguta interpretação de Antonio Gramsci (2004), no mundo capitalista contemporâneo, a luta política encontra-se diluída em todas as esferas da vida social, e com a comunidade escolar, particularmente, com os professores, não é diferente. Nela – como em

outros lugares – se produzem a cultura e as concepções de mundo que as pessoas compartilham.

### **Algumas problemáticas**

Como mais alguns passos necessários ao desenvolvimento dessa análise, é importante reconhecer que, nos últimos anos, ao arripio de quaisquer projetos efetivos de intervenção sistemática das autoridades do Estado, nas periferias das grandes e médias cidades brasileiras os problemas urbanos foram se avolumando de forma impressionante. São dificuldades de grande magnitude e são também formas particulares de manifestação da crise mundial que o capitalismo produz no tempo presente em que estamos mergulhados. Os cenários desalentadores, formados por casas amontoadas, nunca terminadas, idosos fadados ao abandono, sem-teto vagando famélicos pelas ruas, crianças se humilhando ao pedir esmolas e as mais sórdidas e impensadas condições de vida se reproduzem em diferentes periferias das metrópoles mundiais.

As peculiaridades existem e esta é a razão pela qual procuramos considerar algumas delas no contexto social brasileiro, mas procurando reconhecê-las como um substrato da estrutura produtiva e da formação econômica e social produzidos pelo sistema capitalista. Genericamente, precisamos levar em conta que a especificidade da problemática urbana mundial é o resultado de uma série de ações sociais e políticas que passaram a ser adotadas nos países centrais, principalmente, no segundo pós-guerra. Logo, suas implicações têm raízes históricas muito profundas e não serão removidas facilmente.

Uma característica da sociedade brasileira é a impressionante deterioração das condições de vida da sua população metropolitana e das áreas circunvizinhas. Esse é um aspecto muito presente nas periferias, sendo verificáveis e suficientemente comprovadas que amplas parcelas da população vivem em condições de extrema pobreza e de risco de vida no Brasil (IBGE, 2018).

Experimente visitar um bairro qualquer das periferias das metrópoles brasileiras hoje e, pacientemente, inventariar todas as suas mazelas. Quando você tiver disposição de fazer novamente esse mesmo diagnóstico, não muito tempo depois, poderá perceber como as condições sociais degradaram-se muitíssimo mais. Trata-se de uma perturbadora problemática atual, porém sua existência traduz um complexo sistema de fatores econômicos, políticos, culturais e sociais que foram se desenvolvendo historicamente no país.



A constituição e o desenvolvimento do espaço urbano brasileiro revelam uma articulação de fatores e uma especificidade característica da forma pela qual o capitalismo foi se desenvolvendo em cada região brasileira, desenvolvimento este que acabou definindo o espaço urbano em função de uma estrutura produtiva ou de serviços quase sempre articulada ou mesmo dependente do ordenamento internacional. Entretanto, historicamente, é possível também observar uma lógica mais complexa do que a mera realização dos interesses do capital internacional e em virtude da qual a reprodução da força de trabalho foi assumindo uma conotação marcadamente sociopolítica e, em muitos casos, em contraste com os países centrais, comprometendo o Estado como uma forma efetiva de operar o desenvolvimento de determinadas regiões do país.

Convém assinalar que uma das questões-chave da problemática urbana no Brasil – sendo uma das que mais nos ajudam a entender a crise que estamos enfrentando na atualidade – diz respeito ao modelo de acumulação do capital extremamente concentrador em vigência e que foi permeando todos os âmbitos da vida social.

Não é de outra maneira que, diante da crescente emergência das necessidades básicas que são subtraídas de amplos setores da população, surjam múltiplas formas de expressão das reivindicações em defesa da ampliação do seu poder de compra, consumo, e façam vicejar projetos sociais, comunidades, territórios e diferentes formas de organização coletiva, como um dos traços mais característicos da atuação política e social de significativo número dos habitantes das cidades brasileiras.

Com sua perspectiva de organização política e social estão procurando criar condições para denunciar e nos mostrar que o atual espaço social resulta dos privilégios de poucos cidadãos, nos dão visibilidade da crise geral e, ao mesmo tempo, a compreensão da especificidade dos seus perversos efeitos na contemporaneidade das cidades brasileiras.

Em nossa opinião, quaisquer estudos destinados a defender a necessidade das cidades serem repensadas deverão evidenciar, até mesmo de forma eloquente e dramática, que os indicadores de desenvolvimento humano demonstram que as condições de vida dos seus cidadãos estão completamente deterioradas, como consequência do modelo extremamente concentrador da riqueza socialmente produzida no país, tornando cada vez mais precárias a existência de milhões de seres humanos no Brasil.

A maioria da população brasileira vive em aglomerados urbanos, amontoada pelas periferias das grandes cidades e com muitas dificuldades políticas e econômicas no enfrentamento dos seus mais elementares problemas citadinos. Apesar da disposição de organização política e social de muitos dos seus moradores, por ora, diante do descaso e da

falta de planejamento das autoridades, essa situação não apresenta indícios de melhorias substanciais.

O agravamento dessa situação tem sua origem nas décadas de 1960 e 1970, quando muitas regiões metropolitanas brasileiras começaram a experimentar um acelerado crescimento, aumentando exponencialmente o número de habitantes em aglomerados urbanos que vivem toda sorte de privações ante o impacto das constantes crises que o capitalismo produz.

Nas cidades brasileiras, uma das características centrais do problema é o número crescente dos chamados pobres urbanos pouco escolarizados, provenientes das cada vez mais desabitadas áreas rurais, que vivem as privações desses tempos de crise, avolumadas pelas privatizações, pelo desmonte do Estado e a vergonhosa falta de estratégias para equacionar os problemas urbanos.

Ocorre que, como estuda Maria da Glória Gohn (2003), pelo menos desde o fim da década de 1980, os chamados setores populares – partidos de esquerda, organizações não governamentais, instituições religiosas, sindicatos e centrais sindicais, entidades representativas da sociedade civil (Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) etc) – realizaram uma série de encontros e fóruns de discussão, preocupados principalmente em melhor conhecer, debater e apontar soluções para a problemática urbana, tendo como um dos seus principais propósitos a formulação de um diagnóstico dos efeitos urbanos da crise – tanto em conjunto, quanto em suas diferentes dimensões – como também a busca de uma relação cada vez mais afirmativa com os representantes políticos locais responsáveis pela gestão das cidades.

Com o processo de democratização da sociedade brasileira e a crescente relevância da questão urbana no debate público, suscitou-se o concurso de diversos organismos nacionais e internacionais, chamando atenção para os problemas urbanos relacionados diretamente ao acelerado processo de degradação das condições de vida experimentadas na sociedade brasileira e agravados pelas crises econômicas e dos acontecimentos causadores de fortes impactos sociais como é o caso do desemprego e da violência crescentes.

Assim, chegamos aos anos 20 do século 21 com um sem número de argumentos que não fizeram outra coisa que não fosse pôr em relevo social e político a problemática urbana. Também, como ativistas educacionais, precisamos incorporar em nossas preocupações um conhecimento mais aprofundado dessa problemática e, ao mesmo tempo, embora essa não seja uma questão estratégica, reconhecer que a democratização das relações de poder é um

importante caminho na criação de um necessário e efetivo sistema de bem-estar social, aliás, que nunca existiu no Brasil.

No presente, a gravidade e o caráter estrutural da crise precisam ser interpretados como um desafio na busca de novos modelos de desenvolvimento urbano participativo, principalmente num tempo marcado pela escassez de recursos financeiros destinados à otimização das condições de vida das pessoas que habitam em periferias, estamos obrigados a conquistar territórios e formular estratégias urbanas alternativas.

Dessa forma, é importante sustentar que essa estratégia de desenvolvimento precisa transcorrer em sintonia com a democratização das estruturas políticas, a participação efetiva da população na questão urbana e a possibilidade de colocar em marcha uma proposta de planejamento descentralizado. Nessas ocasiões, não podemos deixar de mencionar os problemas causados pela inércia e o imobilismo das autoridades públicas, sempre dispostas ao exercício da cooptação e à prática do clientelismo político, mas, incapazes de defender uma efetiva integração com os movimentos populares e sociais na administração local ou mesmo na gestão participativa das grandes cidades.

O estabelecimento de territórios e o desenvolvimento de estratégias e políticas alternativas que se mostrem viáveis nas regiões que se pretenda implementá-las requerem algumas condições prévias, entre as quais o fortalecimento do conhecimento escolar, a capacidade de análise, a elaboração de conceitos sobre os problemas emergentes e que ocupam um lugar de destaque no cotidiano da vida social metropolitana. Logo, a relação entre política e educação, principalmente, na formulação de diagnósticos aprofundados dos efeitos urbanos da crise, seus nexos com os problemas locais, mostram-se extremamente pertinentes.

O fortalecimento das experiências educativas fortemente compromissadas com o desenvolvimento das relações políticas locais poderá permitir que os problemas urbanos possam ser compreendidos de forma desigual e combinada, inseridos em um contexto histórico e social mais amplo e complexo do qual emergem.

Esse é um dos grandes desafios colocados aos educadores preocupados com os efeitos dos problemas urbanos na degradação da vida social metropolitana brasileira e a necessidade de se operar uma radical transformação nas relações históricas pertinentes ao exercício do poder e os seus desdobramentos na constituição de espaços de sociabilidade que dignifiquem a sociedade brasileira.

Postulamos uma dimensão educativa não apenas na compreensão da presente crise mundial do capitalismo e de seus efeitos singulares na realidade brasileira, mas que seja capaz de contribuir com aqueles que buscam reverter esses efeitos e apontar os caminhos pelos

quais os “periféricos” possam inaugurar novos territórios para o pleno exercício da sociabilidade e dos processos de desenvolvimento urbano no Brasil.

### **Problemas urbanos, educação e o fortalecimento do poder local**

Um dos elos evidenciados pela problemática da atual crise é o que produz ou articula uma relação entre o espaço urbano, a sociedade e o Estado no Brasil. Com o objetivo de explicitar as relações que reivindicamos da educação, um papel evidentemente crítico e transformador, precisamos reconhecer o caráter dependente da formação econômica e, nos marcos da crise global contemporânea, entender a especificidade do seu desempenho nos desdobramentos da problemática urbana nacional.

Em nossa interpretação dos problemas atuais não podemos menosprezar que muitas dificuldades materializam o descaso que foi se operando ao longo do processo histórico. Isso precisa ser permanentemente recuperado e criticado pela imensurável herança de abandono social que produziu e que deságua no tempo presente. Porém, é necessário questionar, com a mesma ênfase, a crônica indisposição com a instauração de mecanismos estruturais de distribuição de renda, com a ampliação da massa salarial, a defesa do Estado mínimo<sup>3</sup> e até mesmo a incapacidade das elites políticas burguesas em produzir estratégias eficazes para combater e procurar superar as mazelas sociais na contemporaneidade.

Para os seus ideólogos, com destaque para Robert Nozick (2011), a proposta de edificação do Estado mínimo traduz a concepção de que a presença do Estado na sociedade deve ser a menor possível para que suas instituições possam prover serviços públicos de qualidade para a sociedade, com maior eficiência, deixando apenas nas mãos de iniciativas privadas funções consideradas não essenciais.

Não obstante todo esse palavrório falacioso em defesa de um pretense Estado mínimo na atual etapa histórica, pensamos que o Estado tem que assumir plenamente o processo de organização das atividades econômicas e dos interesses mais caros e profundos da população, pois, muitas vezes as necessidades das comunidades urbanas marginalizadas são de natureza política, social, cultural e não apenas econômicas.

---

<sup>3</sup> “O Estado mínimo, também conhecido por Estado liberal, aborda a ideia de que numa economia é preciso que o peso do setor público seja mínimo em comparação ao setor privado. Pela ótica do liberalismo, o Estado em seu tamanho reduzido deve funcionar para manter bens públicos que auxiliam o bom funcionamento dos mercados. Além disso, a quantidade mínima de serviços prestados deve servir para a organização da ordem social, através de pilares como educação, saúde e segurança. A ideia do Estado mínimo é mais defendida por pensadores que são a favor do mercado livre para a economia” (Fonte: Dicionário Financeiro).

É com essa perspectiva que devemos buscar formas de intervenção que possam ser operadas no âmbito do Estado, dimensionando suas consequências sobre o conjunto da vida social, mas, ao mesmo tempo, lutarmos ao lado daqueles que buscam a consolidação de territórios em que a implantação de formas alternativas de gestão dos problemas urbanos seja capaz de levar em conta as potencialidades e a emergência do poder local.

No presente, permeado por tantas dificuldades, o avanço das políticas públicas deveria pressupor a relação com a sociedade civil organizada, o Estado e os movimentos sociais, por exemplo, com a plena efetivação e a aplicação do Estatuto da Cidade<sup>4</sup>, traduzindo uma possibilidade institucional de interferência de participação popular nos desígnios socioespaciais das metrópoles brasileiras. Neste caso, cabe uma pergunta composta: como educadores estamos envolvidos nesse processo, ser professor na metrópole pressupõe uma compreensão e uma intervenção consciente no interior dessa dinâmica articuladora das relações entre o Estado e suas instituições, os movimentos populares, sociais e a sociedade civil? Estamos convencidos que sim.

A efetivação e a consolidação de mecanismos institucionalizados de participação popular no planejamento e na gestão das grandes cidades brasileiras pressupõem uma dimensão política-pedagógica da escola e dos seus sujeitos à efetivação dos compromissos que possam colaborar com um projeto de substancial melhoria da vida em sociedade.

Historicamente, os mecanismos de participação democrática e popular na construção do espaço urbano são praticamente inexistentes. Em diferentes momentos, como, por exemplo, durante os anos da ditadura civil-militar, quando se verificou um impressionante crescimento urbano, as decisões tomadas traduziam muito mais uma visão tecnocrática e autoritária do que quaisquer perspectivas de dialogar com a população em busca de melhores alternativas para sociedade. Os movimentos sociais, populares e da juventude que se organizaram e emergiram nas periferias das grandes cidades brasileiras foram perseguidos, exterminados, encarcerados ou postos na clandestinidade política.

Verdade seja dita que, salvo as exceções dos governos de esquerda ou democráticos e populares, as elites políticas nunca viram com bons olhos a participação popular no planejamento e gestão das cidades brasileiras, favorecendo ainda mais o aprofundamento das desigualdades sociais no país. Os últimos anos do século XX presenciaram uma série de

---

<sup>4</sup> O Estatuto da Cidade é a denominação oficial da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo “Política urbana” da Constituição brasileira. Seus princípios básicos são o planejamento participativo e a função social da propriedade: “Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001).

reclamos populares por habitação, saúde, transporte, saneamento básico e educação, além de uma crescente preocupação em torno de questões como o racismo, a ampliação do desemprego, o agravamento da violência urbana e o aumento do fluxo das imigrações e da xenofobia no Brasil.

Simultaneamente ao abandono das periferias – que muitas vezes não contam nem mesmo com calçadas, distribuição de água potável, acesso aos processos de escolarização, ao atendimento hospitalar e serviços de coleta de esgotos – são projetados *shoppings centers*, prédios espetaculares e outras obras de inequívoco interesse empresarial.

Como escreveram Arantes, Vainer e Maricato (2000), a nova questão cidadina é a competitividade urbana, a cidade transforma-se em mercadoria e a preocupação central é garantir a confiança dos investidores. Numa concepção assim não existe espaço para uma solução dos problemas urbanos, mas, sim, reforçar as desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais, decretando o seu colapso e o infortúnio das populações desprovidas de condições objetivas para a obtenção de renda.

Por outro lado, revestida de forte componente pedagógico, a participação popular no planejamento e gestão das cidades brasileiras pode se constituir num eficaz passo de sua democratização e capacidade de equacionar as crises. A efetiva participação da população na tomada de decisões é importante, mas não é capaz, por si só, de concretizar as necessárias mudanças na construção das metrópoles brasileiras, ela precisa vir acompanhada da mobilização social e da concreta relação com outras esferas da vida social como é caso da educacional.

Nessa perspectiva de busca de soluções para os inúmeros problemas urbanos, muitos deles causadores de tensões sociais, uma tomada de posição francamente favorável ao fortalecimento das relações de poder no cotidiano das periferias é um passo necessário, decisivo e fundamental. Isso porque a essência do processo de urbanização, como o conhecemos nos países periféricos do capitalismo, passa pelos mecanismos de reprodução da força de trabalho com base nos interesses do capital.

Numa lógica diferenciada, a configuração das relações entre o Estado e as camadas populares precisa ser potencializada não apenas nos momentos de crise, mas em todos os momentos da vida política nacional, porém, mesmo com os recentes, importantes, mas, efêmeros governos, de caráter democrático popular, que se instalaram a partir de 2003, é preciso reconhecer que o aparato do Estado brasileiro praticamente não possui mecanismos institucionais para o pleno exercício da participação política das camadas proletarizadas da população.

## **A modernização autoritária e conservadora das cidades brasileiras**

As transformações do espaço público sempre foram intensas no Brasil e traduzem mirabolantes formas de intervenção das autoridades nesse cenário. Construções faraônicas, demolições impressionantes, mudanças dos cursos dos rios, aterros e a abertura de ruas, avenidas e túneis não são novidades na história do país. Foram essas intervenções engenhosas que solaparam as tradições culturais existentes em muitas cidades brasileiras até os primeiros instantes do século XX.

Ao longo da história republicana brasileira, as elites econômicas e políticas sempre estiveram imbuídas do compromisso de manter a ampla maioria da população em condições de servidão, subalternidade e alijadas de qualquer poder decisório, embora manifestassem um irresistível desejo de modernidade e se colocassem dispostas a construir um novo modelo econômico e cultural para o país.

Historiadores como Nicolau Sevcenko (1986), educadores como Carlos Monarcha (1989), cientistas sociais como Florestan Fernandes (2013) e Francisco de Oliveira (2003), urbanistas como Ermínia Terezinha Menon Maricato (2001; 2019), geógrafos como Milton Santos e María Laura Silveira (2001), entre outros, em seus estudos e formulações teóricas nos alertam sobre as múltiplas facetas e as especificidades dos países de capitalismo dependente interiorizados no dinamismo econômicos e urbanísticos que as metrópoles produzem. Sidnei Chalhoub (1996), inclusive, identifica também que, por trás dessas intervenções urbanísticas, encontra-se um novo tipo de concepção política de interferência e ação administrativa da cidade.

Vale a pena salientar ainda que historiadores da educação, como é o caso de Clarice Nunes (1994; 1996), demonstram que a inexorável superação das tradições culturais orais próprias das relações sociais do Brasil rural pelas exigências educativas que as cidades produzem também precisa ser levada em conta.

Evidentemente, todos os autores acima citados têm sua gama de razão. Isso ocorre porque a maneira pela qual as metrópoles brasileiras foram se constituindo pressupõe simultaneamente uma multiplicidade de formas, que gravitam entre o rígido planejamento urbano, as especulações imobiliária, financeira e comercial, além da crescente concentração populacional e a mais completa e desordenada ocupação da realidade física das cidades.

Nesse sentido, para nós é importante inserir as reflexões sobre os problemas urbanos no cotidiano das preocupações políticas e das pesquisas educacionais que têm como centralidade os movimentos sociais e populares gestados pelos trabalhadores que vivem nas

periferias. Existem problemas básicos que precisam ser solucionados nas áreas da habitação, transporte, educação, segurança pública, saúde, distribuição de renda e saneamento básico. Isto tudo num cenário de déficits financeiros estruturais, governos autoritários, corruptos e desvinculados das camadas populares; de um funcionalismo público muitas vezes atacado pelos governantes, socialmente desvalorizado e pessimamente remunerado.

Na atual etapa histórica de luta pela edificação de um programa de transição, a solução desses problemas, em nossa opinião, traz a necessidade da ocupação política dos territórios periféricos, o fortalecimento da sociedade civil organizada e a edificação de governos democráticos vinculados fortemente com os interesses da classe trabalhadora, com os movimentos populares, sociais e da juventude, e compromissados com a efetivação de um Estado de bem-estar social no Brasil.

### **Considerações finais**

Os problemas urbanos são consequências de um modelo de desenvolvimento que praticamente ignorou as questões sociais ao longo da história brasileira. A vida urbana pressupõe um permanente sistema interligado de relações nas esferas da educação, cultura, habitação, saneamento, transportes, uso e ocupação do solo, segurança pública, lazer e muitas outras. Sua solução exige uma concepção de gestão democrática e articulada com o poder local. A cidade produz relações de sociabilidade e de solidariedade em que todos os cidadãos são capazes de aprender e a ensinar.

O fortalecimento do poder local poderá trazer efetivos benefícios para as cidades. Isso porque as pessoas que as vivenciam têm maior disposição de discutir os problemas urbanos e apontar caminhos para sua solução. Moradores das periferias, invariavelmente, demonstram suas preocupações com o futuro de suas comunidades e, assim, a experiência educativa institucionalizada pode contribuir ainda mais com a conscientização dos problemas urbanos, a organização e a mobilização social na busca de suas soluções.

Em que pese a crítica ao processo pelo qual se processou e continua se processando a urbanização brasileira, a presença da escola no espaço urbano é uma realidade irrefutável. Todo um sistema educacional se desenvolveu com o avanço da urbanização e a própria escolarização precisa ser pensada como parte indissolúvel da organização política e democrática da cidade brasileira.

A educação está permanentemente associada ao processo de organização da cotidianidade dos indivíduos, no desenvolvimento pleno ou parcial de suas personalidades e,



em muitos casos, de sua profissionalização. Educar muitas vezes é a forma mais significativa de inseri-los no universo da vida social, com o compartilhamento de suas normas e valores espirituais, economia e política, cultura e historicidade.

A educação não é neutra ou natural, pelo contrário, seus objetivos são tão díspares quanto preservar um determinado modelo social ou comprometer-se com sua subversão. Assim, não compactuamos com os postulados estruturalistas que concebem a escola como mera reprodutora da estrutura social vigente, negando-lhe quaisquer possibilidades de superá-la.

É imprescindível superar a ideia de que escola encontra-se inexoravelmente subordinada ao processo burocrático e curricular estatal, disciplinador da vida e controlador do imaginário social. Mesmo num cenário de crise, produtor da fragmentação social, é preciso reconhecê-la como produtora do saber e da cultura urbana, como um espaço capaz de aglutinar aqueles que estão dispostos a produzir formas de resistência à crescente precariedade da vida social, quando não, uma intervenção política e educacional capaz de questionar e superar as concepções hegemônicas forjadas nas estruturas tradicionais de poder.

Parafraseando Lênin (2014), em seu *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*, deve-se participar nas escolas burguesas, valorizar sua vigência histórica e a sua amplitude social, simultaneamente, questionar a proletarização e a precarização dos seus trabalhadores, estabelecer elos sólidos com os movimentos populares, sociais e da juventude, pleitear seu direcionamento democrático e participativo da comunidade escolar, denunciar as autoridades políticas imbuídas de discursos demagógicos e descompromissados com a realidade educacional, procurar lutar pelo estabelecimento de concepções pedagógicas e curriculares alternativas e contrárias à apropriação utilitarista da escola pela lógica do capital.

É possível assumir esse desafio e defender a escola como parte dos projetos de reforma social ou mesmo de construção de uma nova sociedade urdidos pela classe trabalhadora, tendo como um dos alicerces deste ideário político e social a presença dos trabalhadores da educação.

## Referências

ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm). Acesso em: 22 jun. 2019.

CASTELLS, M. **Cidade, democracia e socialismo**: a experiência das associações de vizinhos em Madri. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DICIONÁRIO FINANCEIRO. **Conceito de Estado Mínimo**. Disponível em: <https://www.dicionariofinanceiro.com/estado-minimo/> Acesso em: 24 jun. 2019.

DURKHEIM, E. **A educação, sua natureza e sua função**. In: DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975. p. 33-49.

FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Global, 2013.

GOHN, M. G. (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. v. 1. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Condições de vida, desigualdade e pobreza**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza.html>. Acesso em: 23 jun. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **População em áreas de risco no Brasil**. 2018. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101589.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2019.

LENIN, V. I. **Esquerdismo**: doença infantil do comunismo. São Paulo: Expressão popular, 2014.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MONARCHA, C. **A reinvenção da cidade e da multidão**: dimensões da modernidade brasileira: a escola nova. São Paulo: Cortez, 1989.

NOZICK, R. **Anarquia, Estado e utopia**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

NUNES, C. A escola reinventa a cidade. In: HERSCHMANN, M.; PEREIRA, C.A.M. **A invenção do Brasil moderno**: medicina, educação e engenharia nos anos 1920-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

NUNES, C. Cultura escolar, modernidade pedagógica e política educacional no espaço urbano carioca. *In*: HERSCHMANN, M.; KROPF, S.; NUNES, C. **Os missionários do progresso**: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro 1870-1937. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho Doméstico**. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 22 jun. 2019.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VICTORIANO, M. R. Orçamento participativo: uma experiência de formação para a cidadania. **Pulsar**: Revista de Educação, São Paulo, n. 1, jul./dez. 2005.

Submetido em 9 de janeiro de 2020.

Aprovado em 7 de abril de 2020.